

Comitê de Atenção Prioritária do 1º Grau

PLANO DE AÇÃO

2025-2026



TJDFT

APRESENTAÇÃO

O Comitê Gestor Regional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição – CGPRIORI, no âmbito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), apresenta o Plano de Ação voltado ao cumprimento dos objetivos estabelecidos pela [Resolução nº 194/2014](#) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O Comitê foi instituído pela [Portaria Conjunta nº 79/2014](#), com alterações posteriores pela [Portaria Conjunta nº 73/2020](#). Desde 2018, passou a exercer também as atribuições do Comitê Orçamentário de Primeiro Grau, conforme estabelecido pela [Portaria Conjunta nº 114/2018](#).

Nos termos da Resolução nº 194/2014 do CNJ, o principal objetivo do Comitê é desenvolver, de forma contínua, ações que promovam o aprimoramento da qualidade, celeridade, eficiência, eficácia e efetividade dos serviços judiciais de primeiro grau.

Principais atribuições do CGPRIORI:

- Implementar programas e projetos voltados ao primeiro grau;
- Articular com redes e instituições parceiras;
- Interagir com representantes internos e externos;
- Realizar reuniões, encontros e eventos;
- Monitorar e divulgar resultados;
- Identificar demandas e definir prioridades;
- Contribuir para a elaboração e execução do orçamento, por meio do acompanhamento de projetos, iniciativas e contratações.

COMPOSIÇÃO

Os membros do Comitê foram designados por meio da [Portaria GPR nº 122/2025](#).

Membros Titulares

Juiz Atalá Correia - **Presidente**

Juíza Vanessa Duarte Seixas

Juíza Jackeline Cordeiro de Oliveira

Juíza Simone Garcia Pena

Servidora Keila da Conceição Morais

Servidora Pollyana Barbosa de Oliveira Santiago

Servidora Lívia Garcia Guedes

Servidor Carlos Felipe de Aguiar Nery

Membros Suplentes

Juiz Guilherme Marra Toledo

Juíza Monike de Araújo Cardoso Machado

Juíza Vívian Lins Cardoso Almeida

Juíza Luciana Yuki Fugishita Sorrentino

Juiz Eduardo da Rocha Lee

Servidor Daniel Rodrigues Franco

Servidora Marilene Conceição dos Santos Oliveira Silva

Servidora Tatiana de Souza Guedes

Servidora Renata Filippi da Silva Amorim

Participação das Associações

Juiz Rafael Rodrigues de Castro Silva (AMAGIS-DF) ; *Servidores* Ginilson Valentim Martins, titular, e Fernando de Assis Freitas, suplente (ASSEJUS-DF)

ELABORAÇÃO

Em virtude da recondução dos membros, o Comitê Gestor Regional lançou uma pesquisa com o objetivo de coletar sugestões de magistrados e servidores para avaliar as ações do [Plano de Ação 2022-2024](#) que ainda não foram concluídas, além de propor novas iniciativas para cada uma das linhas de atuação previstas na Resolução CNJ nº 194/2014: Alinhamento ao Plano Estratégico; Equalização da Força de Trabalho; Adequação Orçamentária; Infraestrutura e Tecnologia; Governança Colaborativa; Diálogo Social e Institucional; Prevenção e Racionalização de Litígios; Estudos e Pesquisas; e Formação Continuada.

A pesquisa foi realizada entre os dias 19 e 30 de maio de 2025, tendo recebido 36 respostas e gerado 54 sugestões.

Adicionalmente, foram consideradas as diretrizes do Plano de Administração do Biênio 2024–2026 (PLABI), os projetos do *Portfólio* Estratégico com impacto no primeiro grau, bem como os principais planos institucionais: o Plano Estratégico do TJDF 2021–2026, o Plano de Tecnologia da Informação e Comunicação, o Plano de Gestão de Pessoas e o Plano Anual de Contratações.

PLANO DE AÇÃO

➤ **Linha de Atuação: Alinhamento ao Plano Estratégico**

Objetivo: Alinhar o plano estratégico do Tribunal aos objetivos e linhas de atuação da Política, de modo a orientar seus programas, projetos e ações.

Ação APE1 – Monitorar e copatrocinar os projetos estratégicos cujos resultados impactem positivamente na atuação do Primeiro Grau de Jurisdição.

Unidades envolvidas: CGPRIORI e Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão Estratégica – SEPG.

Estimativa para conclusão: agosto de 2026.

➤ **Linha de Atuação: Equalização da Força de Trabalho**

Objetivo: Equalizar a distribuição da força de trabalho entre primeiro e segundo graus, proporcionalmente à demanda de processos.

Ação EFT1 – Monitorar o cumprimento da Resolução CNJ 219/2016.

Atividade 1: *Monitorar os projetos e ações do Plano Estratégico de Gestão de Pessoas (PEGP) voltados à equalização da força de trabalho, com ênfase na gestão de servidores e nas novas nomeações.*

Atividade 2: *Fomentar e monitorar a realização do estudo de dimensionamento da força de trabalho do 1º grau de jurisdição e suas unidades de apoio.*

Unidades envolvidas: CGPRIORI, Presidência, Corregedoria, Coordenadoria de Sistemas e Estatísticas da Primeira Instância – COSIST, Secretaria Geral – SEG, Secretaria de Gestão de Pessoas – SEGP, Comitê de Governança e Gestão de Pessoas – CGGP e SEPG.

Estimativa para conclusão: agosto de 2026.

➤ **Linha de Atuação: Adequação Orçamentária**

Objetivo: Garantir orçamento adequado ao desenvolvimento das atividades judiciárias de primeira instância, bem como adotar estratégias que assegurem excelência em sua gestão.

Ação AO1 – Apoiar a execução orçamentária e o Plano Anual de Contratações, garantindo o acompanhamento de projetos, iniciativas e contratações que impactem o Primeiro Grau de Jurisdição.

Unidades envolvidas: CGPRIORI, Comitê de Governança e Gestão de Contratações – CGGC e Secretaria de Recursos Orçamentários e Financeiros - SEOF.

Estimativa para conclusão: agosto de 2026.

➤ **Linha de Atuação: Infraestrutura e Tecnologia**

Objetivo: Prover infraestrutura e tecnologia apropriadas ao funcionamento dos serviços judiciários.

Ação IT1 – Estimular o aprimoramento contínuo do PJe, com foco na celeridade processual.

Unidades envolvidas: CGPRIORI, Comitê Gestor para Implantação e Acompanhamento da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro e do Processo Judicial Eletrônico – CGPJE, SETI, COSIST e Coordenadoria de Gestão dos Sistemas da 2ª Instância – CGSIS.

Estimativa para conclusão: agosto de 2026.

Ação IT2 – Fomentar a ampliação e a adoção de soluções baseadas em Inteligência Artificial (IA).

Unidades envolvidas: CGPRIORI, SETI.

Estimativa para conclusão: agosto de 2026.

➤ **Linha de Atuação: Governança Colaborativa**

Objetivo: Promover a participação de magistrados e servidores na governança da instituição, favorecendo a descentralização administrativa, a democratização interna e o comprometimento com os resultados institucionais.

Ação GC1 – Participar de forma ativa no processo de elaboração das Metas Nacionais do Poder Judiciário, bem como promover e incentivar a participação de magistrados e servidores.

Unidades envolvidas: CGPRIORI e SEPG.

Estimativa para conclusão: agosto de 2026.

➤ **Linha de Atuação: Diálogo Social e Institucional**

Objetivo: Incentivar o diálogo com a sociedade e com instituições públicas e privadas, e desenvolver parcerias voltadas ao cumprimento dos objetivos da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição.

Ação DSI1 – Fortalecer o diálogo com os órgãos parceiros do sistema de justiça.

Atividade 1: Acompanhar as iniciativas conduzidas pelo Fórum Permanente do Poder Judiciário de 1ª e 2ª Instâncias no Distrito Federal – FOJUDF*.

**O FOJUDF é integrado pelo TJDF, TRE-DF, TRF1 e TRT-10 e tem por finalidade estabelecer um canal de parceria institucional permanente, visando à integração e ao fortalecimento dos órgãos do Poder Judiciário no Distrito Federal, através do compartilhamento de boas práticas e realização de ações e atividades conjuntas, fomentando a cooperação tanto em sede administrativa, como em sede jurisdicional.*

Unidades envolvidas: CGPRIORI, GC e GJP.

Estimativa para conclusão: agosto de 2026.

➤ **Linha de Atuação: Prevenção e racionalização de litígios**

Objetivo: Adotar medidas com vistas a conferir tratamento adequado às demandas de massa, fomentar o uso racional da Justiça e garantir distribuição equitativa dos processos judiciais entre as unidades judiciárias de primeiro grau.

Ação PRL1 – Fomentar o aprimoramento das estratégias de conciliação e mediação.

Unidades envolvidas: CGPRIORI, Segunda Vice-Presidência e SEPG.

Estimativa para conclusão: agosto de 2026.

➤ **Linha de Atuação: Estudos e Pesquisas**

Objetivo: Promover estudos e pesquisas sobre causas e consequências do mau funcionamento da Justiça de primeira instância e temas conexos, a fim de auxiliar o diagnóstico e a tomada de decisões.

Ação EP1 – Incentivar estudos acerca da criação de novas unidades judiciais, com base no monitoramento das unidades que apresentam elevada taxa de congestionamento.

Unidades envolvidas: CGPRIORI e Corregedoria.

Estimativa para conclusão: agosto de 2026.

➤ **Linha de Atuação: Formação Continuada**

Objetivo: Fomentar a capacitação continuada de magistrados e servidores nas competências relativas às atividades do primeiro grau de jurisdição.

Ação FC1 – Estimular a participação dos servidores nas ações educacionais voltadas ao aprimoramento em rotinas cartorárias e fomentar a criação de tutoriais e manuais dos sistemas utilizados pelo Tribunal, tanto no caso de novas funcionalidades e/ou novos sistemas, concomitantemente com a disponibilização da ferramenta.

Unidades envolvidas: CGPRIORI, SEEF e SETI.

Estimativa para conclusão: agosto de 2026.

Ação FC2 – Estimular a capacitação e uso da Inteligência Artificial (IA).

Unidades envolvidas: CGPRIORI, SEEF e SETI.

Estimativa para conclusão: agosto de 2026.